

Política de identidade e mídia

Veneza Mayora Ronsini¹
Vanessa de Oliveira²

Resumo: Utilizando o conceito de política de identidade, propomos discutir as relações entre etnia, movimento social e mídia. Apontamos como aspectos importantes para a conformação da identidade dos participantes do movimento negro de Santa Maria, a mobilização política, a singularidade cultural do grupo estudado, bem como a opressão específica que os indivíduos sofrem. A pesquisa baseia-se nos estudos latino-americanos de recepção e no modelo teórico-metodológico das mediações.

Palavras-chave: Identidade, etnia, movimento social, mídia.

Abstract: Through a concept of identity politics, it is our proposal to discuss the relations among ethnicity, social movement and media. Some important aspects that lead to the identity conformation in Santa Maria's African-Brazilian movement members are pointed: political mobilization and the singularity of the studied group, as well as the particular pressure suffered by the individuals. The research is based on Latin-American studies of reception and also on the theory-methodological model of mediations.

Keywords: Identity, ethnicity, social movement, media.

Resume: Dans le domaine d'une recherche sur le " Mouvemnet Noir de Santa Maria", développée à l' État du Rio Grande du Sul- Brésil, nous discutons, a partir du concept de politique de identité, les notions de ethníe, mouvement social et les medias, bien aussi les rapports existents entre eux. On examine, particulièrement, les aspects de conformation de la identité et la singularité social du groupe étudié en vue de connaître les processus d'opréssion auxquels les individus sont-ils soumis, dans le cadre de la situation examinée. La recherche se situe dans le domaine des études latino américains consacrés au thème de la réception de medias, et s'appuye sur des modèles théoriques et méthodologiques a partir du quels est formulé le concept de médiation.

Mots-clés: Identité; ethníe; movemnet social, medias.

Resumen: Utilizando el concepto de política de identidad, proponemos una dicusión de las relaciones entre etnía, movimiento social y los medios de comunicación. Apuntamos para aspectos importantes para la conformacion de la identidad de integrantes de Movimiento Negro de Santa Maria, la movilización política, la singularidad cultural del grupo estudad, bien como la opresión específica que sufre. La pesquisa tiene como principios norteadores los estudios latino-americanos de la recepción y lo modelo teorico-metodologico de las mediaciones.

Palabras-clave: Identidad, etnía, movimiento social, médios de comunicación.

Introdução

Situamo-nos na região central do Rio Grande do Sul, onde o estabelecimento das colônias italianas³ e alemãs - conduzidas pelas firmas de colonização⁴ desde a metade do século XIX - foi responsável pela visão de um "estado essencialmente branco", excluindo os negros de sua composição identitária.

A Revolução Farroupilha (1835-1845) exaltava os ânimos gaúchos, quando os negros fugidos de estâncias do interior do estado ocuparam uma área em Santa Maria, constituindo o quilombo que daria origem ao bairro Nossa Senhora do Rosário. A situação de exclusão em que se encontravam as famílias negras no início do século passado impulsionou a criação de espaços que burlavam a exclusão e criavam novas formas de sociabilidade para os negros, como a Sociedade Negra Treze de Maio⁵ e a Irmandade Negra do Rosário⁶.

Para esta pesquisa, entrevistamos integrantes do Movimento Negro de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, e tomamos como base os estudos latino-americanos de recepção e o modelo teórico-metodológico das mediações. Foram escolhidos treze integrantes do movimento, selecionados de acordo com a representatividade no grupo, com variações de idade dos 16 aos 53 anos. A eles empregamos a entrevista do tipo semi-estruturada (Thiollent, 1980), concedendo liberdade de interrompê-la, contar histórias ou tecer comentários. Além da aplicação da técnica da entrevista desenvolvemos a observação participante. Foram 102 perguntas subdivididas em temas: autodefinição, situação sócio-econômica, etnia, Movimento Negro, meios de comunicação e representações de brancos/negros.

Motivos intrínsecos à cultura negra despertaram nosso interesse: as peculiaridades de um modo de vida marcado pela rotina familiar, pelas crenças e ritos e pela ligação através do parentesco, e a mobilização em torno da etnia. De fato, pareceu-nos interessante tentar entender como uma cultura específica e organizada em torno de um movimento social interage com os meios de comunicação de massa, que parecem atuar sobre ela pela difusão predominante de discursos e modelos culturais que geralmente se opõem as suas características e, poucas vezes, viabilizam sinais de reconhecimento. Também levamos em

consideração que o movimento social é baseado em uma identidade étnica, que interage com algumas instituições e tem suas próprias bandeiras de luta.

Os entrevistados de nosso estudo participam ativamente da militância negra, cujo objetivo principal é o de mobilizar e organizar os integrantes na busca de fins materiais e não-materiais que consideram que lhes foram negados injustamente.

Em Santa Maria atuam em diversos campos, do político ao cultural, conquistando espaços como a *Coordenadoria de Políticas Públicas para a Comunidade Negra*, que faz a mediação entre as reivindicações do Movimento com outros órgãos da administração municipal e, mais recentemente, O Clube Treze de Maio, hoje Museu Treze de Maio - um dos únicos museus gaúchos de cultura afro-brasileira.

É nesse sentido que se encaixa perfeitamente o conceito de "política de identidade", de que fala Woodward (2000, p. 34), "afirmando a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado". Tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades e se torna importante para a mobilização política.

Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas quanto pela resistência dos movimentos sociais, ao colocar em jogo identidades que ocupam espaços à margem da sociedade. A "política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica". Atua principalmente fora das instituições⁷ políticas e sociais, que consideram inadequadas para defender as reivindicações do grupo.

A identidade conformada pelos movimentos sociais é essencializada na "verdade da tradição" e nas raízes da história, fazendo um apelo à realidade de um passado possivelmente reprimido e obscurecido, no qual a identidade que vem à tona no presente é revelada como um produto da história. Historicizam também a experiência, enfatizando as diferenças entre grupos marginalizados como uma alternativa à universalidade da opressão. Consideramos, portanto, a política de identidade a partir do movimento social e da etnia

Foram os grupos organizados sob a denominação de movimentos sociais negros que protagonizaram uma história de exigências como cidadania e igualdade para esta grande parcela da população marginalizada. Um dos exemplos pode ser explicitado pela atitude do

Movimento Negro Unificado no ano de 1978, quando este apresentou propostas (de inclusão dos negros na programação) com relação aos meios de comunicação. Araújo (2000) aponta que ações como essa já vinham ocorrendo anteriormente pois, na década de 60 a lei de número 4.117 que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, já coibia a prática de racismo nos meios de comunicação, prevendo pena para os infratores e a cassação do alvará de funcionamento das empresas.

A militância negra, na atualidade, exprime a insatisfação com os meios de comunicação de massa brasileiros e, conforme a análise⁸ feita por Conceição, nas raras vezes em que a temática negra é abordada, os meios não deixam de "abrir mão do discurso social hegemônico e, se põem, em ocasiões especiais marcadas por grandes efemérides, a considerar os grupos discriminados como valor de uso, troca e consumo"(2005, p. 26).

Nos anos 90, amparada por pesquisas mercadológicas sobre o público consumidor negro, como "*Qual é o pente que te penteia - o perfil do consumidor negro brasileiro*"⁹, que a mídia percebeu que este grupo poderia atrair bons investimentos. Realizada em 20 estados do nosso país, a pesquisa revelou que os negros integram 1,7 milhões de famílias com elevado nível de escolaridade, 45% têm o colegial completo e 34% têm o curso superior concluído e renda familiar de aproximadamente dois mil dólares mensais. A partir de revelações sobre o público negro e com o surgimento de novos veículos de linha editorial específica, surgiram produtos destinados para esse público, entre eles a revista *Raça Brasil*¹⁰.

Definimos, portanto, o espaço midiático como sendo o *locus* onde se desenvolve parte significativa das relações étnicas/raciais brasileiras. Como primeiro passo, apresentamos a visão de Muniz Sodré, afirmando que:

a mídia funciona, no nível macro, como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, (...) que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele. (Sodré, 1999, p.243)

Para o autor, a mídia persegue o ideal de legitimação da exclusão étnica e oprime de acordo com a inserção dos indivíduos em determinados grupos étnicos. O fato é que notamos um repúdio ao racismo na mídia¹¹, estimulando pelo menos, no nível das relações

afetivas, a união entre brancos e negros. Mas nos perguntamos se ele não é um equivalente ao ideal da miscigenação. Claro que hoje o ideal de miscigenação não é como o que ocorreu no passado. Aqui as pessoas estão escolhendo formar pares interétnicos, não são forçadas a tal situação. O questionamento é se o ideal contemporâneo de miscigenação seria da ordem do hegemônico - pelo fato de atender certas demandas para gerar cumplicidade.

Para Barbero, a resposta vem através do conceito gramsciano de hegemonia, pois ela:

nos permite pensar a dominação como um processo entre sujeitos onde o dominador intenta não esmagar, mas seduzir o dominado, e o dominado entra no jogo porque parte dos seus próprios interesses está dita pelo discurso do dominador. (MARTIN-BARBERO, apud ESCOSTEGUY, 2001, p. 99)

Concordamos com a posição assumida por Muniz Sodré, mas consideramos a importância dos avanços obtidos, obviamente sem o "encantamento" de se deixar levar pelo pouco ainda conquistado. Mas se deixarmos de lado as inserções positivas dos negros na TV brasileira, vamos negar a dinâmica da história social construída pelas classes populares, e de reconhecer que entre elas existam iniciativas e poder de resistência.

A identidade étnica

A etnicidade é um importante fator na consolidação de comunidades negras no interior do Rio Grande do Sul. Ela é pensada como uma forma de organização social onde os grupos étnicos se valem de um conjunto de representações culturais, construídas em contextos específicos, para marcar sua distinção diante de outros grupos dentro do contexto em que se situam, reforçando a solidariedade grupal.

Para definir etnia e identidades étnicas, Brandão (1986, p.47) se refere a um tipo específico de contato entre pessoas, grupos sociais e culturas. O sistema de relações sociais e simbólicas que resulta da convivência entre diferentes grupos pode ser um sistema interétnico, e um de seus componentes é a identidade étnica. As diferenças biológicas (cor da pele, tipo de olhos ou cabelo) e diferenças culturais (forma de organização do trabalho, regras de casamento, códigos de orientação do comportamento, crenças religiosas) até algum tempo classificadas como diferenças raciais, podem ser pensadas como diferenças étnicas.

A memória de um grupo étnico depende da representação que cada indivíduo faz de si mesmo e como se projeta no conjunto social. Colocando de outra forma, a consciência que o grupo étnico tem de si o determinará simbolicamente perante outros grupos. Para nossos entrevistados, essa consciência se dá em função da parêntese negros (do movimento negro) x brancos. A noção de identidade passa portanto pela delimitação do espaço de lembrança: lembrar e se fazer lembrar são os patrimônios construídos pelos dois grupos que ocupam um mesmo território. As representações e a ordem simbólica se estabelecem de acordo com a memória narrada e consumida e que, na contemporaneidade, passa pelo consumo midiático.

Os processos comunicativos que se estabelecem são peculiares porque as noções acerca da própria identidade, dos sistemas sociais, das relações e as formas de pensar se confrontam com as de outros grupos sociais-culturais-identitários. Olhando esse espaço de contato, tomamos as representações do “negro” e do “branco” como identidades culturais que medeiam o processo de consumo midiático. Assim, é importante distinguir o papel dos meios de comunicação na construção destas representações, mesmo que seja uma entre várias outras matrizes das representações identitárias no grupo estudado.

A categoria étnica é uma representação coletiva, partilhada, de forma que suas percepções podem se tornar a base de entendimentos que regem as relações sociais. Na análise dos conflitos interétnicos, encontram-se tendências que concebem cada identidade como um núcleo sólido e compacto de resistência, por isso exige lealdades absolutas dos membros de cada grupo e desprezam os que exercem a crítica ou a dissidência. A defesa da pureza se impõe em oposição às correntes modernas que buscam relativizar o específico de cada etnia a fim de construir formas democráticas de convivência, complementação e governabilidade multicultural.

O Movimento Negro é um exemplo de organização que luta, não na defesa de uma pretensa pureza, mas pelo fim das desigualdades encobertas sob a denominação de "democracia racial". A etnicidade como bandeira de luta se torna "uma construção social no tempo, um processo que implica uma relação estreita entre a reivindicação cultural e a reivindicação política e que tem como referência última não apenas os outros, mas também

o Estado/ Nação no qual o grupo étnico (portador de tal reivindicação) está inserido" (Brandão, 1986, p,148).

Sobre as relações entre identidade étnica e mídia, o pressuposto é o de que a mídia é a instância de consagração das identidades culturais. A mídia engloba, mas também é um componente do sistema interétnico, capaz de atuar na afirmação ou negação da identidade étnica, pois o mundo social mediado pelos meios de comunicação "atribui status de valor concreto àquilo que tais meios incorporam e distribuem para o consumo público" (Conceição, p.21,2005).

Hoje, todo o processo de informação social se sustenta por meio da comunicação. "É todo o processo de socialização que está se transformando pela raiz ao tocar o lugar onde se mudam os estilos de vida. E essa função mediadora é realizada pelos meios de comunicação de massa. Nem a família, nem a escola – velhos redutos da ideologia – são hoje o espaço chave da socialização" (Barbero, 2003, p.70). Baseados, portanto, no discurso midiático (àquele distante do proposto pelos movimentos sociais negros), os receptores¹³ geram padrões de situações étnicas que tomam, na maioria das vezes, formas de comportamento negativo e prejulgamentos acerca dos grupos minoritários.

As representações negativas a respeito dos negros podem ser constatadas através da categoria do imaginário, levando-se em conta que desde o século XIX "o africano e seus descendentes eram conotados", nos setores dominantes "como seres fora da imagem ideal do trabalhador livre, ou motivos eurocentrados". E hoje, o imaginário racista pode ser reproduzido através do "discurso mediático-popularesco"(Sodré, 1999, p. 244).

A nossa dúvida se encontra exatamente na contrapartida. Será o espaço de abertura proporcionado pela mídia apenas uma estratégia do hegemônico? Apenas o imaginário racista é contemplado?

O público negro passou a participar da programação midiática, conquistando pequenos espaços especialmente quando, no começo dos anos 90, alguns negros entraram para a política se elegendendo aos cargos em Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas Estaduais e para o Congresso Nacional, apresentando diversos projetos de lei que defendiam a proporcionalidade étnica na programação televisiva do país. E assim, a

dúvida permanece. Segundo Hall, ao mesmo tempo em que o espaço para as diferenças é limitado e regulado, é também uma conquista de lutas políticas, pois:

a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas (Hall, 2003, p. 338).

O Movimento Negro de Santa Maria, na opinião dos receptores, tem espaço na imprensa local, mas quando já atingiu objetivos concretos, quando as ações já "tomaram formas materiais", ou então, quando promovem eventos de grandes proporções. O Movimento também está na mídia quando ela precisa cumprir "agenda", ou, na fala dos entrevistados, "como as crianças na escola, preenchendo o calendário das datas festivas". Uma das causas da falta de visibilidade do Movimento na imprensa é atribuída à organização comercial e à dependência financeira das empresas responsáveis pelos meios de comunicação.

O movimento social e as identidades

A construção das identidades gera “processos simbólicos de pertencimento em relação a referentes variados como cultura, nação, classe, grupo étnico ou gênero” (Ronsini, 2003, p.07). Assim, a identidade se constitui em função de um grupo que permite ao sujeito sua inserção num conjunto social, mas também depende das dos comportamentos individuais do mesmo sujeito no interior da realidade vivida.

Em Santa Maria, as identidades circulantes são resultados da experiência cotidiana, das narrações sobre fatos que marcaram a comunidade negra e se confundem no discurso da memória dos descendentes de escravos de fazendas gaúchas e, da participação em um movimento social organizado em torno da etnia.

As disputas pelo poder simbólico encontram na convivência urbana diária o desejo do reconhecimento. Ou seja, ao estar diante de um grupo politicamente forte que exclui a representação negra do seu cenário identitário, a comunidade passa a pertencer a uma

história que não é só sua, mas uma mistura de acontecimentos que se deslocam na fabricação do presente. Por outro lado, há uma intensa busca pelo passado, dificultada pela falta de informações. Reconhecer-se como uma comunidade e participar de um movimento social é que garante aos negros não mais a identificação como "escravos", mas como sujeitos componentes dessa sociedade.

Quanto ao movimento social, podemos dizer que ele nasce da "potencialização de reivindicações que se articulam em formas organizativas, capazes de abrir espaços sociopolíticos sólidos e coletivos" (Kowarick, 2000, p. 57). Na América Latina, reunir as classes populares¹⁴ cujo denominador comum é a situação de exclusão (quanto a benefícios socialmente básicos), é uma das principais características dos movimentos sociais, constituídos de múltiplas esferas reivindicativas, transformadas em lutas coletivas. No Brasil, demonstram muita variedade e mutabilidade, mas "têm em comum a mobilização individual baseada num sentimento de moralidade e (in)justiça e num poder social baseado na mobilização social" contra as privações (necessidades básicas, mas também a privação identitária).

Os movimentos sociais geram e exercem o poder social por meio de suas mobilizações sociais e de seus participantes. Este poder social é gerado pelo movimento social como tal e, ao mesmo tempo, derivado deste, e não por alguma instituição - política ou não (Frank e Fuentes, 1989, p.26).

O desenvolvimento da atual crise político-econômica e suas múltiplas ramificações nas diferentes partes do mundo está gerando e agravando os sentimentos de privação econômica, política e cultural e de identidade. A crise econômica, em especial, reduziu a confiança popular no Estado e em suas instituições políticas tradicionais como defensoras e promotoras do interesse público.

É neste ambiente que os movimentos sociais e organizações populares representam outros instrumentos e expressões da luta das populações contra a exploração, a opressão e por sua sobrevivência e identidade, dentro de uma sociedade complexa e dependente, em que estes movimentos constituem esforços e instrumentos de potencialização democrática.

Como outros movimentos minoritários, o Movimento Negro de Santa Maria tenta abarcar outras classes e grupos sociais¹⁵. Ele tem uma base popular substancial, embora

grande parte de sua liderança e de suas demandas provenham da classe média (grande parte da amostra pertence à classe média). Na análise das entrevistas podemos perceber que o fato de a liderança pertencer a esta classe faz com que a maioria das propostas do Movimento sofra duras críticas daqueles que pertencem à classe popular, os quais taxam o movimento como alheio aos seus interesses e incapaz de observar as demandas vindas da "periferia".

Sendo assim, ocorre uma divisão dos grupos que pertencem ao Movimento, que chegam a utilizar a denominação de "Movimentos Negros" para indicar a pluralidade. A razão da divisão, está, nas palavras dos militantes, na individualidade e nos diferentes objetivos. A classe popular sente-se preterida pelos membros da Coordenadoria de Políticas Públicas, pertencentes à classe média.

É, então, dentro do movimento que estão visíveis as divergências envolvendo classe e etnia. Elas se tornam mais claras quando tomamos, por exemplo, o Museu Treze de Maio como um dos espaços onde é identificado o conflito. Os negros da classe subalterna aceitam que "brancos" da mesma classe freqüentem as oficinas¹⁶ oferecidas no local que, na concepção dos militantes dessa classe, deveria ser um local de inclusão social. Já a classe média pensa no Museu como um espaço, por excelência, da etnia negra.

No Movimento, além de existir o conflito que envolve etnias (negros que defendem o direito de brancos da mesma classe popular), ocorre também o conflito de classes, entre negros de classe média e negros de classe popular.

Os entrevistados de classe média acompanham o pensamento da militância nacional, que entende a condição de subalternidade como consequência da condição racial e não meramente decorrente da origem de classe. Já os de classe popular consideram que a classe influencia na exclusão (não independente da raça, mas é o principal fator de exclusão).

Munanga (1988, p.52) aponta para esta relação afirmando que "a redução de raça à classe é um modo gritante da constatação social (...) pois verificou-se que a agressão aos negros não é apenas socioeconômica, mas também racial, donde há grande diferença entre oprimidos negros e os outros".

No Brasil, onde as discriminações raciais são consideradas pelo senso comum como discriminações relativas à classe¹⁶, o sentido que prevalecia no Antigo Regime

(Guimarães, 2002) continua vigente. Ele pode ser compreendido como pertencendo à ordem das desigualdades de direitos, distribuição da honra e prestígios sociais na sociedade capitalista, onde a ordem de privilégios permaneceu a mesma, onde as classes destituídas de poder não conseguiram desfazer essa ordem e estabelecer a igualdade e a cidadania. Para Guimarães, dizer que não é racial a discriminação que sofrem os negros em nosso país, equivale a esconder o que se encontra ativo na nossa ordem de classes: o princípio de desigualdade de direitos individuais.

A pesar de intimamente ligadas, como já mencionamos, classe e raça, ou na fala de Cardoso de Oliveira (1976) "classe e etnia", não são irreduzíveis uma da outra, elas se interpenetram, são submetidas a processos diferentes de articulação social, podendo inclusive uma ou outra ficar encobertas, mas podendo igualmente ser ativada em contextos específicos ou situações determinadas.

O sistema interétnico constituído pelos mecanismos de articulação das unidades étnicas em contato, se apresenta em permanente equilíbrio instável e o fator dinâmico do sistema está no próprio conflito, seja manifesto ou seja latente. O processo de articulação dessas unidades se reveste, assim, de uma notável semelhança - ainda que formal - com o processo de articulação das classes sociais num sistema global classista. A polarização das classes em torno de interesses diametralmente opostos é homóloga à polarização das unidades componentes do sistema interétnico (Cardoso de Oliveira, 1976, p.58).

É importante para militância nacional afirmar que a questão de raça não se resume a questão de classe, mas isso não quer dizer que a classe não seja importante, porque vemos as questões de classe presentes. Elas não se apagam com a etnia e, se fosse assim, a classe média negra e classe popular teriam os mesmos objetivos, mas não é isso que verificamos.

Tomando o problema da discriminação de uma forma mais geral, concordamos que a questão racial do negro não se reduza a um problema de classe social, tomando a estrutura de classes como condicionadora do estigma étnico ou racial. Na verdade, "a perspectiva classista, estaria ocultando ideologicamente um mecanismo específico de opressão. A discriminação em função da cor faz com que os negros tenham que enfrentar uma situação específica" (Conceição, 2005). O que ocorre com um operário negro, por exemplo, quando este tem orgulho de sua cor, ou em razão dela é estigmatizado? A

despeito de sua condição de classe e, de uma consciência de classe, há uma inequívoca identidade étnica operando quer ao nível de seu comportamento, quer do discurso.

Considerações finais

O Movimento Negro em Santa Maria preserva sua organização e a identidade étnica enquanto consegue prescrever para seus integrantes, princípios de orientação da conduta social marcados por valores próprios e também pela identidade étnica. Princípios de conduta que, ao serem vividos por seus membros nos seus relacionamentos com os outros, traçam concretamente seus próprios limites de etnicidade: do ser sujeito de um grupo étnico.

Quanto à mídia, o Movimento Negro está atento ao que os meios de comunicação veiculam com relação aos afrobrasileiros. Nem sempre essa relação é pacífica e, algumas vezes, chega a influenciar mudanças no conteúdo e tipo de abordagem feita pelos meios de comunicação. O consumo dos conteúdos midiáticos sofre a influência direta da mediação étnica, universo de pertencimento ao qual estão ligados os componentes do movimento social.

Sinteticamente, deduzimos que as representações das receptoras são definidas pelo Movimento Negro. É ele que delimita o espaço social das interações sociais das receptoras, bem como a perspectiva temporal adotada por elas. Por fim, consideram que a realidade vista na televisão é construída por grupos detentores do poder simbólico que colaboram para reforçar uma atitude e um sentimento de autodesvalorização nos negros. As festas brasileiras, como carnaval ou o futebol são, com frequência, apresentadas na programação televisiva como imagens-símbolo do país, sendo ressaltadas por personalidades midiáticas. As mulheres entrevistadas, no entanto, percebem que, apesar da televisão transmitir esse tipo de evento na sua programação, eles não aparecem como personagens principais do processo, mesmo o carnaval e o futebol sendo personificados pela figura do negro.

A ausência, diz Fuenzalida (1999), tem uma primeira "cara" excludente: não aparecer como ator de um processo de produção, como o criador de eventos que são publicamente elogiados e valorados como importantes para o país. Uma segunda "cara" desta ausência é a exclusão dos dirigentes que representariam publicamente a esse setor - o

Movimento Social nas discussões sociais -, ausência também contrastada com a presença de representantes de outros setores. Uma terceira exclusão é a ausência dos negros como uma cultura com valores próprios e diferentes da dos imigrantes italianos e alemães que se fazem presentes nesta região do estado.

A ausência da televisão aparece semantizada como um signo de desvalorização ante si mesmo e ante os demais, como pessoa, como produtor econômico de bens, como agente político e social publicamente relevante e como cultura. Ser excluído da programação televisiva é semantizado como carecer de visibilidade pública e de importância social e afeta a auto-estima coletiva. A exclusão reforçaria simbolicamente um processo de não-reconhecimento como protagonista social, publicamente valorado. Tal semantização de desvalorização não aparece como uma influência direta e mecânica, mas sim, bem mediada através dos comentários familiares e grupais acerca da condição dos negros exibida pela TV (Fuenzalida, 1999, p. 353).

A etnia medeia as questões relacionadas à submissão negra aos brancos. Para os militantes, a diferença étnica é a resposta para a decadente situação sócio econômica da população negra brasileira. Assim, encontram nas relações étnicas do passado, as respostas para problemas que os negros vêm enfrentando em nosso país atualmente, como o desemprego e os baixos índices de escolaridade.

No Movimento Negro de Santa Maria, uma das principais reivindicações é a visibilidade da cultura negra que, não dispondo de "espaço nos meios de comunicação", tenta se consolidar através da historicização da experiência, baseando-se no que consideram a "verdadeira tradição negra", fazendo um apelo a um passado que foi reprimido e obscurecido, em favor de determinados grupos étnicos, especialmente pelos meios de comunicação.

Não há, no Brasil, políticas governamentais decisivas, que pressionem pelas mudanças nesse campo midiático. Como argumenta Conceição (2005), o Estado passa seu papel de regulador para o mercado, que define também o que deve ou não ser transmitido pela mídia, especialmente no que tange ao processo de relações raciais. Nas representações midiáticas "o 'negro' é um diferente já não mais singular, mas idêntico a si mesmo na base de traços idealizados de negritude, onde se minimiza a dimensão política em favor da promoção de uma auto-estima individual, estético-mercadológica" (Sodré,1999,p.255).

Como consequência, os instrumentos de informação dão continuidade à histórica discriminação dos afrodescendentes.

¹ Pesquisadora do CNPq. Professora na Faculdade de Comunicação Social e do Mestrado em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil. Doutora em Sociologia pela FFLCH da USP, com bolsa-sanduíche na University of California, LA, USA. E-mail: roma5@terra.com.br.

² Mestranda em Comunicação Midiática, da linha Mídia e Identidades, da Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Comunicação Social, hab. Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: vanetat@hotmail.com.

³ No estado, as primeiras colônias criadas foram as de Conde D'Eu e Dona Isabel (atualmente Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente), instituídas pela presidência da província em 1870. Para ocupá-las, o governo provincial firmou contrato com duas empresas privadas que deveriam trazer 40 mil colonos em um prazo de dez anos. É a partir de 1875, sob a administração da União, que iniciou de fato a imigração italiana. Em 1877, foi criada uma nova colônia para a ocupação de imigrantes, a de Silveira Martins, hoje, município que faz limite com Santa Maria. (Sponchiado, 1996).

⁴ As firmas de colonização eram responsáveis pelo loteamento e venda das terras aos imigrantes.

⁵ A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio foi fundada em 1903, por funcionários negros da Viação Férrea. O Clube, organizado pela comunidade negra de Santa Maria, estabeleceu-se como uma alternativa à segregação racial. A sede foi construída a partir da reutilização de materiais de vagões de trens desmanchados.

⁶ Em Santa Maria, a Irmandade do Rosário começou a ser organizada em 1873, com o objetivo de congregar negros da cidade. A conformação da Irmandade teve como pano de fundo os conflitos e grandes debates nacionais e internacionais como o republicanismo, o protestantismo, o liberalismo e também o escravismo.

⁷ Ao mesmo tempo que entendemos o fato das instituições não serem adequadas, lembramos que a Prefeitura Municipal e o governo federal atual (ambos do PT) têm colocado instituições como a Secretaria de Cultura e o Ministério da Educação a favor das reivindicações do Movimento Negro. O governo de "esquerda" tem um papel muito importante na organização do Movimento.

⁸ A análise feita abordou o projeto de cobertura da Folha de São Paulo, sobre os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

⁹ Pesquisa de 1997, realizada pela empresa Grottera Comunicação.

¹⁰ A revista Raça Brasil foi lançada em setembro de 1996 e nomeava-se a "revista dos negros brasileiros". Teve sucesso de venda e marketing no primeiro ano de circulação, chegando a alcançar a tiragem de 200 mil exemplares. A Raça Brasil não foi a única revista voltada para o segmento afrobrasileiro surgida na década de 90, mas a melhor sucedida. Na mesma época também circulava a revista Black People, que já lançava seu quinto número quando a Raça entrou para o mercado.

¹¹ As telenovelas como *Duas Caras* (20 horas) e *Sete Pecados* (19 horas), da Rede Globo, têm mostrado os conflitos que envolvem casais interétnicos. Na primeira, a moça branca pertencente à classe alta se envolve com um rapaz negro da favela e, na segunda, um casal de adolescentes, ela branca e ele negro, sofrem com preconceito da tia da adolescente, que não permite o namoro.

¹³ Consideramos o receptor como o "sujeito ativo, determinado socioculturalmente e capaz de criar e de negociar os conteúdos das mensagens provenientes dos meios" (Jacks, 1996, p.175).

¹⁴ O fato de abarcar a classe média não faz com que o Movimento Negro de Santa Maria deixe de ser um movimento popular, porque faz apropriações do popular (religião, música, dança), e também

porque sua base social (socio-econômica) é popular. Mas podemos verificar que a classe média e a classe popular não estão tão integradas assim. Há interesses de classe, ou seja, há uma atuação da classe média, no que se refere às reivindicações para atender ao seu grupo, e não ao movimento como um todo.

¹⁵ Na reivindicação pelo sistema de cotas na Universidade Federal de Santa Maria, o Movimento Negro reclama vagas para os afro-descendentes, mas também para indígenas, portadores de necessidades especiais e alunos de escolas públicas.

¹⁶ No Museu Treze de Maio são oferecidas oficinas de dança afro-brasileira, de estudos de religião de matriz africana, de penteados afro, capoeira, dança de rua, canto e formação política.

¹⁷ A denominação classe começou a ser utilizada nos estudos "da sociedade, associados aos privilégios e ao sentimento de honra social, próprios ao domínio aristocrático e ao *ancient régime*". Foi Marx que retirou o sentido subjetivo e valorativo que envolvia este termo, para designá-lo a posições objetivas na estrutura social, a que corresponderiam interesses e orientações. Ao separar as dimensões econômica, política e social da distribuição de poder na sociedade, Marx atribuiu ao termo classe, um sentido mais preciso: "tal separação analítica permitiu que se pudesse problematizar, desvinculada da distribuição econômica de riquezas, a continuidade, nas sociedades modernas, dos fenômenos de distribuição e dos prestígios sociais"(Guimarães, 2002, p.42).

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CONCEIÇÃO, Fernando. *Mídia e etnicidades: no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Pinheiro. Bauru, Edusc, 1999. Tradução de : La notion de culture dans les sciences sociales.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografias dos estudos culturais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FUENTES, André Gunder; FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, n° 17, junho de 1989.

FUENZALIDA, Valério Fernández. Gêneros televisivos y cultura del protagonismo. In: *el consumo cultural en América Latina: Construcción teórica y líneas de investigación*. Guillermo Sunkel (org). Santafé de Bogotá: Convênio Andrés Bello, 1999.

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.
- JACKS, Nilda. Televisión, recepción, identidad: cuestiones e imbricaciones. In: OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Miradas latinoamericanas a la television*. México: Universidade Iberoamericana, 1996.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.
- POUTIGNAT, Philippe; Streiff-Fenart, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos étnico e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo. Fundação Editora da Unesp, 1998.
- RONSINI, Veneza Mayora. Sementes Híbridas em Campos Cercados. In: *I Colóquio Interamericano de Ciências da Comunicação: Brasil - Canadá*, 2003. Anais. Salvador:UFBA, 04. set. 2003.
- SANTOS, João Batista Nascimento dos. *O Negro Representado na Revista Raça Brasil: a estratégia de identidade na mídia étnica*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- THIOLLENT, Michael J.M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. [?]: Polis, 1980.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.